



Mário Abrantes

## Que mudanças nos trouxeram as direitas nos Açores?

11 600 açorianos à espera de uma cirurgia. Números impressionantes, especialmente quando espelham os resultados desastrosos do trabalho que fazem com a saúde nos Açores, há 4 anos, as governações das direitas (com o apoio da extrema-direita) compostas por gente que antes não se cansava de denunciar estes mesmos números (também muito maus, diga-se) das listas de espera cirúrgica dos governos de maioria PS.

Os Açores, apresentam uma evolução muito insatisfatória (de cerca de 27% para cerca de 22%) desde 2019, no que diz respeito à taxa de abandono escolar precoce, mantendo-se a segunda região da Europa com a maior taxa deste índice de atraso no desenvolvimento. O valor é quase três vezes superior à média nacional (8%), segundo o INE. Um em cada quatro jovens da região, entre os 18 e os 24 anos, está hoje em situação de abandono escolar precoce.

A taxa de pobreza aumentou nos Açores, em 2023, de 21,9% para 25,1%. O mesmo documento dá nota que a taxa de privação material e social severa desceu em todas as regiões de Portugal entre 2021 e 2022, à exceção dos Açores. Em 2022, nos Açores uma em cada dez pessoas estava em situação de privação material e social severa. Os Açores (9,8%) é a região do país em que esta taxa é mais alta (por exemplo, no Alentejo ela não chega aos 4%).

Em 2023, os Açores continuam a ser a região mais desigual do país. A região com maior desigualdade de rendimentos (medida pelo chamado coeficiente de Gini), foi também aquela em que essa desigualdade mais aumentou face ao ano anterior.

O salário regular bruto médio nos Açores em final de 2022 era de 1.086€, o que entrando em linha de conta com a inflação significou uma perda 2,3% do seu valor real, em relação ao ano anterior. Na mesma altura a média nacional era de 1.411€ e a média na União Europeia era de 2.393€.

Em termos de desenvolvimento global, o índice de competitividade regional (ICR, da União Europeia) diz-nos que os Açores estão na cauda da Europa e que, de 2016 para 2022, o ICR dos Açores apresentou uma subida ridícula de 65,3% para 65,5% da média europeia, enquanto esses valores dispararam nas outras regiões do país.

A única alteração estratégica positiva de fundo, com a chegada das direitas ao poder regional, foi a tarifa única inter-ilhas de 60€, logo “compensada” pelo fim das ligações marítimas de passageiros entre todas as ilhas. Conjunturalmente positivas: a antecipação na contagem do tempo de serviço dos professores e as quebras na precariedade laboral em alguns sectores. As tão propagandeadas “descidas de impostos” muito pouco ou nada beneficiaram a esmagadora maioria dos açorianos e das suas empresas, tendo apenas favorecido os mais ricos e sectores económicos de maior dimensão.

Se as governações anteriores do PS, em particular as últimas, foram (com razão) consideradas globalmente negativas pelo eleitorado açoriano, de muito pouco se pode orgulhar quem veio para o seu lugar trazendo consigo a panaceia das grandes mudanças. A realidade está aí: insistimos em marcar passo quando o que precisamos com urgência é de vencer gravíssimos atrasos que persistem no desenvolvimento regional, na coesão entre ilhas e na justiça social.

Nota de rodapé. Relatório semanal de Gaza (5-11 novembro) – Pelo menos 160 mortos pelas bombas e balas israelitas (33 crianças). A limpeza étnica dos palestinianos prossegue no Norte de Gaza, totalmente destruído e com os seus restantes (estimados) 100.000 habitantes isolados de tudo e todos. Desde outubro de 2023, 43.603 mortos (70% mulheres e crianças), 80% abatidos nas suas casas, tendas ou outros tipos de habitação e 85.000 toneladas de bombas descarregadas pelo Estado terrorista de Israel sobre todo o território.

## Aprovado lançamento de concurso para construir 24 residências em São José

A Câmara Municipal de Ponta Delgada, presidida por Pedro Nascimento Cabral, aprovou o lançamento do concurso público para a construção de 24 residências na rua Padre Joaquim, na freguesia de São José.

A construção destas residências foi recentemente aprovada pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, permitindo avançar com a realização do maior investimento de sempre do município de Ponta Delgada no sector da Habitação.

“Vamos construir novas habitações nas freguesias de Santa Clara, São Sebastião, São José, São Pedro, Fajã de Cima, Fajã de Baixo, Arrifes e Ginetes. O lançamento deste concurso na freguesia de São José vai contribuir para melhorar as condições de vida das famílias de Ponta Delgada”, frisou Pedro Nascimento Cabral.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada recordou que o IHRU já aprovou projectos no valor de 18 milhões de euros que vão permitir construir 110 novas casas em Ponta Delgada, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência e do Programa



1.º Direito.

“Como todas as cidades em crescimento, deparamo-nos com uma conjuntura em que a habitação é uma das grandes prioridades para responder ao défice existente em Ponta Delgada, como também, para garantir equidade e bem-estar social àqueles agregados que estão a viver em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para

suportar o custo de acesso a habitação adequada”, afirmou.

A Câmara Municipal continua ainda a aguardar a resposta aos projectos apresentados no IHRU para a concretização de mais habitações no concelho de Ponta Delgada. I

mporta salientar que só após ter a competente autorização por parte do IHRU é que a Câmara Municipal poderá desenvolver os procedimentos le-

gais para o lançamento dos concursos públicos para a construção das ditas moradias.

Registe-se a circunstância do PRR impor um processo burocrático extremamente moroso e exigente, não prescindindo de um conjunto de peças burocráticas que, apesar de a candidatura do Município ter sido apresentada no prazo legal para o efeito, que ocorreu em Março de 2024, somente agora ter obtido autorização para a execução destes projectos, sendo certo que ainda terá de aguardar pela resposta aos demais projectos constantes da candidatura que a Câmara Municipal de Ponta Delgada apresentou.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada avisa que, em função do prazo definido, “o tempo começa a escassear” e sublinha que, no caso dos Açores, tal como teve oportunidade de transmitir ao IHRU em reunião presencial mantida no passado mês de Julho, “a aprovação célere das candidaturas submetidas é de particular importância, de modo a dar tempo para que as empresas se preparem e possam ter condições adequadas para concorrerem ao concurso das empreitadas”.